

Após pressão, MEC recua e anuncia desbloqueio de recursos da UFMT

Gilberto Leite



Após repercussão negativa do contingenciamento de R\$ 328 milhões no orçamento das universidades e institutos federais, o ministro da Educação, Victor Godoy, anunciou na sexta-feira, 7 de outubro, que o governo irá desbloquear os recursos. A denúncia do bloqueio foi feita pela Andifes no começo

da semana. Os dirigentes de universidades federais protestaram contra o bloqueio, alegando o que contingenciamento inviabilizaria o funcionamento. A UFMT chegou a anunciar que avaliava adiar o pagamento de contas de luz, água e internet para priorizar o salário dos trabalhadores terceirizados.

"Isso reflete na possibilidade de adiar pagamentos de contas de luz, água e internet, porque precisamos priorizar os empregos dos colaboradores, bem como as bolsas e auxílios aos estudantes"

PÁG. 6

Paccola: voltar é questão de honra

Gilberto Leite



O vereador cassado Tenente Coronel Paccola (Republicanos) disse que tem "plena convicção" de que conseguirá na Justiça anular a cassação de seu mandato. Paccola disse que seu retorno ao cargo é uma questão de honra. O republicano foi cassado pela Câmara Municipal de Cuiabá na última quarta-feira, 5, com 13 votos favoráveis, cinco contrários, três ausências e quatro ausências. Ele respondia processo de quebra de decoro parlamentar pelo assassinato do agente socioeducativo Alexandre Miyagawa. Paccola reiterou que o processo que tramitou na Comissão de Ética e Decoro Parlamentar tem vários pontos de nulidade. Uma ação judicial foi protocolada na tarde da sexta-feira, 7

PÁG. 3

Família comemora, mas pede condenação

"Eu não acreditava nessa Justiça [votos para cassação], mas agora, ao lado dos meus amigos e dos meus, me sinto feliz", disse a mãe de o agente socioeducativo Alexandre Miyagawa, Elia Miyagawa, após a Câmara anunciar a cassação de Paccola. Ao lado dos amigos de seu filho, Elia comemorou a decisão do plenário e disse esperar pela Justiça dos homens, com o julgamento de Paccola pelo Tribunal de Justiça. "Espero que ele seja preso por 30 a 40 anos"

PÁG. 4

Governo assume a BR-163 e vai investir R\$ 1,2 bi na duplicação

O governador Mauro Mendes (União) participou da assinatura entre a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e a concessionária Rota do Oeste para dar início à transferência da concessão da BR-163 à empresa pública MT Par - MT Participações e Projetos. O documento foi assinado na tarde de terça-feira, 4 de outubro, no Palácio Paiaguás, em cerimônia que contou com a presença do ministro de Infraestrutura, Marcelo Sampaio, e do ministro do TCU, Daniel Dantas. De acordo com o governo, nos próximos anos serão investidos R\$ 1,2 bilhão para conclusão das obras no trecho da rodovia. Deste montante, R\$ 300 milhões já estão no caixa da estatal e o restante depende de aporte do governo

PÁG. 5

Diesel russo ajuda a conter preços

O preço do petróleo segue disparado no comércio internacional e o barril se aproxima da casa dos 100 dólares em 'alta velocidade'. Na sexta-feira (7), por volta de meio-dia, o preço do barril tipo Brent, referência de preços para a Petrobras, subiu 3,3% e era comercializado na casa dos US\$ 98. O diesel internacional está 62 centavos mais caro, enquanto a gasolina está 32 centavos mais cara. Apesar disso, os preços dos combustíveis aos consumidores devem se manter no patamar atual, devido à chegada de navios carregados com óleo diesel da Rússia

PÁG. 8



Gilberto Leite

Reeleito, Mauro quer priorizar investimentos em infraestrutura

O governador Mauro Mendes (União Brasil), reeleito para mais quatro anos à frente do governo de Mato Grosso, afirmou que vai continuar segurando as despesas do governo para fazer sobrar recursos para serem destinados para investimentos no seu segundo mandato, principalmente em infraestrutura. A afirmação foi feita após o gestor ser reeleito, com 68% dos votos, na noite de domingo, 2 de outubro. Dentre os investimentos que devem ser priorizados estão algumas obras já em andamento, como a construção de seis hospitais regionais, assim como a implantação do BRT (Ônibus de Trânsito Rápido) em Cuiabá e Várzea Grande

PÁG. 7

EDITORIAL

O futuro se constrói agora

São cada vez menores as chances de a humanidade evitar um desastre planetário decorrente das mudanças climáticas, cujos sintomas já começam a ser sentidos em várias partes do mundo, com secas e chuvas recordes. Para muitos, os riscos parecem distantes, como uma distopia cinematográfica, restrito aos fóruns de debates, universidades e organizações não governamentais. Esse "negacionismo climático" é até compreensível, principalmente no Brasil, país tão abençoado com terras férteis e clima favorável para o cultivo, a terra onde "em se plantando, tudo dá" como já relatava Pero Vaz

de Caminha em sua primeira carta a Portugal.

Acontece que assim como o vírus que causou a pandemia de covid-19, as mudanças climáticas se aproximam de nós de forma praticamente imperceptível. E como já sabemos, a natureza se impõe sem piedade. Os efeitos da crise climática estão cada vez mais próximos e tendem a aumentar nos próximos anos, como uma doença que começa com uma pequena dorzinha e logo se torna insustentável. É o que aponta o relatório mais recente do Painel Intergovernamental sobre o Clima (IPCC), relatório divulgado pela Organização das

Nações Unidas (ONU) no dia 28 de fevereiro.

Neste novo levantamento, a organização se dedicou a avaliar as vulnerabilidades naturais e socioeconômicas dos países às mudanças climáticas, em uma tentativa de se adiantar aos impactos regionais e traçar medidas para mitigá-los. E o cenário é nada alentador. A previsão geral para o globo é de uma queda na produção de alimentos, um problema e tanto para um mundo cuja população continua crescendo em ritmo acelerado.

Sobre a situação específica do Brasil, o IPCC aponta risco de queda substancial na produção agrícola, o que tende a aumentar a situação de insegurança alimentar em todo o mundo. Em 2021, uma pesqui-

sa da ONU apontou que 116,8 milhões de brasileiros (cerca de 55% da população) já lidavam com algum grau de insegurança alimentar, não por causa da seca ou das enchentes, mas por falta de dinheiro. As mudanças climáticas tendem a agravar esse problema.

O IPCC aponta ainda que há um risco crescente de uma crise humanitária devido à migração da população da região Nordeste, comumente afetada por eventos climáticos adversos, que devem se tornar cada vez mais frequentes. Os "refugiados do clima" vão disputar trabalho, moradia e alimentos mais ao sul, aumentando a pressão sobre as terras agrícolas do país.

Essa é a realidade prevista para o Brasil, se nada for feito

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA
Unimed
Cuiabá

para muda-la. Seguimos como um carro desgovernado em direção ao abismo, mas ainda é possível desviar dessa rota de colisão. Para isso, cada um de nós deve se atentar ao seu papel na construção de um futuro mais sustentável, além de cobrar de nossas autoridades que façam sua parte para garantir que nossos filhos e netos tenham um mundo para viver, como nós vivemos.

Difícil a compreensão

Rosana Leite (*)

Pesquisa realizada pelo Instituto Patrícia Galvão e Ipec, com o apoio da Uber, sobre a violência contra as mulheres, trouxe dados curiosos. No que diz respeito à violência doméstica é perceptível maior compreensão. Mas, quando se cuida das violências sexuais, principalmente fora de casa, o resultado é para refletir, se indignar, e enfrentar.

Quanto às importunações sexuais, 45% das mulheres relataram que já tiveram o corpo tocado sem o consentimento em local público. Mas, em contrapartida, apenas 5% dos homens admitem a prática criminosa.

No transporte público elas afirmam, 32%, já terem passado por importunação ou assédio sexual. Os homens, por sua vez, não reconhecem ter praticado esse tipo de delito.

Outro dado mostra que 41% das mulheres foram xingadas ou agredidas por verbalizarem "não", quando uma pessoa se aproximou interessada nelas. E mais, 31% das mulheres afirmaram já terem sofrido tentativa ou abuso sexual.

Os crimes contra a dignidade sexual, pela pesquisa, fazendo a leitura do resultado, nos apresenta a situação de que, para

alguns, o corpo da mulher é público. Sim, e se assim o é, pode ser tocado sem que elas façam qualquer reclamação a respeito. Tanto é essa a percepção, que os homens não admitem, ou aceitam em minoria a prática. Ou, o que é pior, acham que podem ou são "autorizados" a tocar no corpo feminino sem consentimento.

O estudo apurou, também, que as mulheres possuem mais condições de aferir que exercem situações de controle e práticas invasivas sobre o companheiro.

O que elas mais declaram fazer é olhar redes sociais dos parceiros, enquanto eles afirmaram que a maior toxicidade está na proibição do uso de roupas e acessórios por elas. E, assim, 34% das mulheres afirmaram que foram obrigadas a bloquear o contato após o fim do relacionamento, contra 25% deles. Elas, inclusive, 18%, mudaram o número de telefone, e eles 8%. Dentro do relacionamento, uma entre 4 mulheres declarou que sofre violência doméstica, sendo que um entre dez homens disse passar pela violência em casa.

As pessoas entrevistadas avaliaram de forma positiva a Lei Maria da Penha, apesar da visão crítica quanto à efetividade na berlin-

da. É dado que 89% das pessoas concordam que homens que agredem a parceira sabem que é crime e deve ser punido. O número lamentável é que 76% acham que a polícia e a justiça brasileira tratam a violência doméstica como assunto de somenos importância.

Porém, além da compreensão com a norma, 49% dos homens com mais de 60 anos e mais de 41% com ensino fundamental creem que a Lei Maria da Penha "interfere na relação íntima do casal". Dizem, ademais, ser ela rigorosa demais, 38% dos homens com mais de 60 anos. O grave é que 16% dos homens moradores de cidades com municípios de até 50 mil habitantes entendem que a Lei Maria da Penha deveria ser "anulada", pois bater na parceira pode ser errado, mas não deveria ser considerado crime.

O achar "comum" o desrespeito ao corpo feminino ainda é visível. Quanto à violência doméstica e familiar, existe, de forma lamentável, a concepção de que as brigas em casa se resumem ao lar, não sendo dever do Poder Público enfrentar. A grande importância de estudos como esse é vislumbrar que a violência não pode ser banalizada. É trazer para a realidade muito atual questões dantes raramente trazidas à tona.

A população brasileira, aos poucos, vem percebendo que essas práticas limitam e agredem mulheres, sendo necessário momentos de pensar na problemática para discussão.

Os 16 anos da Lei Maria da Penha, bem "vividos", trouxe à lume o que acontece e acontece em "lares", onde sentimentos de afeto e posse se mesclam para a prática de crimes. Aliás, 93% reputa que é preciso intervir quando presenciarem um homem agredindo uma mulher. Elas, 62%, entendem que é preciso recorrer à polícia, e eles citam que se deve interferir sem a ajuda policial diretamente.

O corpo fala, e, as pessoas se enxergam em pesquisas. E se fosse comigo? O fato de os homens entenderem que é preciso repelir a agressão sem acionar o Poder Público oferta elemento preocupante. Na verdade, assustador! Elas correm riscos, dentro e fora de casa...

ROSANA LEITE ANTUNES DE BARROS é defensora pública estadual.



A reestatização da BR-163

Vivaldo Lopes (*)

Foi assinado nesta terça-feira (04) um acordo administrativo entre o estado de Mato Grosso e a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, para transferir a concessão da rodovia federal BR 163 para a empresa de investimentos do governo estadual MT Participações. O acordo, feito por meio de um instrumento jurídico denominado Termo de Ajustamento de Conduta, envolve ainda a atual detentora da concessão, Rota do Oeste S/A. Por meio da MT Participações S/A, a administração estadual adquiriu o controle da Rota do Oeste e a ANTT aceitou a transferência da concessão, evitando, assim, retomar e relicitar a operação.

A complexa operação pode ser analisada sob os prismas comercial, operacional e de imagem.

Sob o espectro comercial, é uma operação de elevado risco financeiro. A operação nunca foi geradora de lucro para a concessionária, segundo suas próprias demonstrações apresentadas em diversas audiências públicas sobre o assunto. Pelo acordo de transferência do controle da empresa, o governo do estado assume todas as dívidas bancárias da con-

cessionária perante os bancos. O montante dessa dívida ainda não foi tornado público. A MT Participações se compromete a duplicar todo o trecho da rodovia de Cuiabá até Rosário Oeste e do entroncamento do Posto Gil até Sinop, envolvendo, ao todo, aproximadamente 500 km nos próximos oito anos, contados a partir de janeiro de 2023. E construir as delicadas e necessárias travessias urbanas em cidades como Jangada, Nova Mutum, Lucas do Rio Verde e Sinop. AMT Par anunciou que investirá R\$ 1,2 bilhão para duplicação de alguns trechos nos próximos três anos. Estima-se que para duplicar todo o trecho serão necessários aproximadamente R\$ 3 bilhões.

Para operar com excelência a concessão, a estatal mato-grossense terá que investir para melhorar a estrutura operacional recebida da concessionária na área de gestão das praças de pedágio, manutenção, reparos e primeiros socorros ao longo dos mais de 800 km da concessão. Precisará, como empresa de economia mista, licitar a contratação das empreiteiras que farão a pavimentação e duplicação, enfrentando todo o emaranhado burocrático da lei de licitações.

Na questão de imagem, a administração estadual movimentou-se em terreno movediço.

A possível demora na execução das duplicações fatalmente acarretará mais insatisfações dos usuários. Atualmente, os problemas da operação, como má qualidade do pavimento, falta de duplicação, elevado índice de acidentes com mortes, altas tarifas de pedágio são jogados nas costas da concessionária e, em última análise, no governo federal. A partir da transferência da concessão, todo o desgaste da operação será direcionado para o governo do estado, sem amortecedores privados ou federais. No dia seguinte ao anúncio da transferência da concessão, a ANTT tornou público que as tarifas dos pedágios serão reajustadas a partir do dia 18 próximo. Perversa coincidência.

A reestatização da concessão navega na contramão dos esforços dos governos estadual e federal que atuam para reduzir a participação do estado na modernização e ampliação da infraestrutura do país. São amplamente conhecidos os programas federal e estadual de privatizações de rodovias, portos fluviais e marítimos, aeroportos e ferrovias. A BR 163 era administrada pela administração federal, teve sua operação concedida à iniciativa privada e agora retorna à gestão estatal. Uma aparente contradição.

Chama atenção como uma operação que nunca funcionou a contento, desde o seu início, não conseguiu solução mercadológica satisfatória. Como, por exemplo, transferir a outro grupo privado mais robusto e especializado, o controle da Rota do Oeste. O esforço das lideranças políticas e empresariais do estado não foram suficientes para encontrar uma solução de mercado ou a devolução administrativa da concessão. Nesse ínterim, a economia do estado sofre com a má qualidade da rodovia, encarecimento dos fretes e as famílias choram as mortes dos seus entes queridos. Talvez tenha sido esse gatilho sócio-econômico que levou o governo estadual a desenvolver uma solução atípica, diante da posição insensível e passiva da administração federal.

VIVALDO LOPES é economista formado pela UFMT, onde lecionou na Faculdade de Economia. É pós-graduado em MBA- Gestão Financeira Empresarial pela FIA/USP. E-mail: vivaldo@uol.com



Câncer de mama

André Crepaldi (*)

O câncer de mama é o mais incidente em mulheres no Brasil. Estima-se que para neste ano, 66.280 novos casos sejam diagnosticados, representando cerca de 25% de todos os tipos de câncer que afetam o sexo feminino. Em Mato Grosso, a expectativa é de que se tenha 560 novos diagnósticos da doença em 2022, com uma incidência de 33,04 casos por 100 mil mulheres. Os dados são do Instituto Nacional de Câncer (Inca).

Na série histórica das taxas de mortalidade por câncer de mama no Brasil e regiões é possível observar uma tendência ascendente ao longo das últimas décadas. Além disso, ele também é a primeira causa de morte pela doença na população feminina. A taxa de mortalidade por câncer de mama, ajustada pela população mundial, foi 11,84 óbitos/100.000 mulheres, em 2020, e em MT a incidência é de 9,70 óbitos a cada 100 mil mulheres.

As taxas brutas de incidência e o número de novos casos esperados são importantes

para estimar a magnitude no território e programar ações locais. Mas diante de tantos números que servem de alerta, o que mais importa é a conscientização para que todas busquem o diagnóstico precoce. É isto que salva vidas. Além claro, de ações que ajudam a evitar este tipo de câncer.

É preciso estar atento a alguns sintomas e logo que reconhecê-los busque um médico. Um deles é um caroço (nódulo), geralmente endurecido, fixo e indolor nas mamas, pele avermelhada ou parecida com casca de laranja, alterações no bico do peito e saída espontânea de líquido de um dos mamilos. Em alguns casos, ainda é possível aparecer pequenos nódulos no pescoço ou axilas.

Além de ficar atento a qualquer alteração nas mamas, o Inca recomenda que mulheres de 50 a 69 anos façam mamografia de rastreamento a cada dois anos. A Sociedade Brasileira de Mastologia, por sua vez, recomenda esse acompanhamento a partir dos 40 anos. Já ao falar em fatores de risco, não há uma causa única. Existem diversos agentes relacionados, como envelhecimento e fatores relacionados à vida reprodutiva da mulher, por exemplo.

Outros fatores de risco são: histórico familiar de vários casos de câncer de mama ou de câncer de ovário, consumo de bebida alcoólica, excesso de peso, atividade física insuficiente, dentre outros. Só que também é possível tomar algumas medidas que ajudam a prevenir, como a manutenção do peso corporal adequado, prática de atividade física e alimentação rica em vegetais.

Além disso, a amamentação também é considerada um fator protetor. Esses fatores

podem reduzir em 28% o número de casos de câncer no Brasil. Outro ponto importante de destacar é a questão do peso que o diagnóstico de câncer de mama tem sobre a mulher. Primeiro é preciso entender que não se trata de uma sentença de morte. Os tratamentos evoluíram e tem garantido um bom resultado na recuperação das pacientes.

Por outro lado, não há como subestimar o fato de ser uma doença que afeta também a autoestima. Por isso, é importante uma rede de apoio, tratamentos multidisciplinares, principalmente, psicológico, para que a paciente supere as adversidades. E a Oncolog tem uma equipe especializada e preparada para oferecer um atendimento especial, além de ser uma clínica moderna e completa para prevenção e tratamento de câncer.

Somos uma unidade de saúde referência com alta tecnologia para cuidar bem das pessoas.

Um atendimento personalizado e mais humanizado dos trabalhadores da saúde com quem enfrenta o câncer também auxilia na recuperação. É preciso que os profissionais entendam que cada paciente é único e tem uma história. Isto precisa ser respeitado para garantir qualidade de vida durante o tratamento, o que também ajudará na superação da doença.

*ANDRÉ CREPALDI é diretor da clínica Oncolog e médico oncológico no Hospital de Câncer de Mato Grosso



Jornal **IMPRESSO** MT

FUNDADO EM 2020
CNPJ: 06.147.693/0001-26

ADMINISTRAÇÃO:
DIRETOR GERAL:
CLAUDINEY FALLCÃO SANTOS

EDITOR CHEFE:
GABRIEL SOARES

EDITOR DE ARTE:
AQUILES A. AMORIM

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articulistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste veículo.

Colabore com o debate público sobre nosso estado. Envie artigos e opiniões para:
Email: impressomt@gmail.com Site: www.oimpressomt.com.br

Av. Thomé de Arruda Fortes nº 221, Bairro: Morada do Ouro, Cuiabá - MT, Cep: 78.053-505
Telefone: 65 99696-6688

RECURSO À JUSTIÇA

Cassado pela Câmara, Paccola diz ter plena convicção que conseguirá reverter decisão do plenário e cita pontos de nulidade no processo

Paccola: retorno é questão de honra

Gilberto Leite

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA

Unimed
Cuiabá**Da redação**

O vereador cassado Tenente Coronel Paccola (Republicanos) disse que tem “plena convicção” de que conseguirá na Justiça anular a cassação de seu mandato. Paccola disse que seu retorno ao cargo é uma questão de honra.

O republicano foi cassado pela Câmara Municipal de Cuiabá na última quarta-feira, 5, com 13 votos favoráveis, cinco contrários, três abstenções e quatro ausências. Ele respondeu processo de quebra de decoro parlamentar pelo assassinato do agente

socioeducativo Alexandre Miyagawa.

“Eu tenho plena convicção de que o Judiciário vai anular essa cassação tão logo e a gente vai retornar. Agora é uma questão de honra, de retornar e buscar não só pisar no rabo da cobra, mas cortar a cabeça desta serpente”, disse.

Paccola reiterou que o processo que tramitou na Comissão de Ética e Decoro Parlamentar tem vários pontos de nulidade. Entre os supostos erros, o vereador cassado cita que a autora do requerimento, vereadora Edna Sampaio (PT), não poderia ter participado da votação. Além disso, ele destacou que as testemunhas que havia sugerido não foram ouvidas pela comissão.

“São várias nulidades, mas algumas, por exemplo, a própria vereadora que propôs votou. O rito é claro, quem propõem não pode votar, seja na cassação do prefeito ou de vereado-

res, tirando o voto dela não daria cassação”, explicou.

“O relatório fala que as testemunhas já foram ouvidas no inquérito. Sabendo que ali era uma questão de conduta, eu não elenquei as testemunhas do inquérito, eram testemunhas que iriam falar sobre a conduta, se a conduta está correta no aspecto técnico da atividade policial. Fora isso, não tem qualquer relação com decoro parlamentar”, complementou.

Paccola ainda comentou que poderia ter pedido a nulidade do processo de cassação durante a tramitação, mas preferiu não interromper seu andamento. Ele admitiu que já havia perspectiva pela sua cassação, “mas entendia que era necessário [ir até o final] até para revelar algumas pessoas a daquele parlamento. Por trás da minha cassação não está o fato por si só”.



Paccola disse que poderia ter pedido anulação do processo antes, mas decidiu deixar correr para “revelar algumas pessoas”

Lilo garante que processo seguiu os ritos previstos

Da redação

O presidente da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, vereador Lilo Pinheiro (PDT), disse que todos os ritos estabelecidos no regimento interno e do Código de Ética da Câmara de Cuiabá foram seguidos no relatório que apontou pela cassação do mandato do vereador Tenente Coronel Paccola (Republicanos).

Durante a sessão extraordinária de quarta-feira, 05 de outubro, Paccola chegou a questionar alguns pontos do relatório que, segundo ele, poderiam gerar nulidade, como descumprimento de prazos e que nenhuma das testemunhas arroladas ao processo foram ouvidas pelo relator, vereador Kássio Coelho (Patriota).

“A gente pode atestar que foi seguido o

rito, inclusive antes da submissão ao plenário passou pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação que achou por bem abrir um novo prazo de defesa para o vereador Tenente Coronel Paccola. É um fato que a gente não alegra o coração de nenhum de nós de termos adotado esse procedimento, ambas as famílias externaram sofrimento na data de ontem, mas era um procedimento que pre-

visava ter começo, meio e fim”, disse em entrevista à imprensa nesta quinta-feira, 06 de dezembro.

Lilo lembrou que durante a tramitação do processo de cassação, a CCJR deu um prazo a mais para que Paccola pudesse apresentar a sua defesa. Ele ainda comentou que o vereador tem o direito de recorrer ao judiciário, mas ressaltou o cumprimento do rito e citou o artigo

14 do Código de Ética, que destina ao relator a competência para deliberação sobre a necessidade ou não de ouvir novas pessoas para conclusão do relatório.

“O relator achou por bem não ouvir e deu seguimento, cumprindo o prazo regimental de 90 dias. Se não seríamos questionados que ouviu mais pessoas e extrapolou o prazo, agora sim vamos pedir outra nulidade, a gente trabalhou

dentro do regimento interno respeitando sempre o vereador Tenente Coronel Paccola, ele sabe disso”, disse.

Com 13 votos favoráveis, cinco contrários e três abstenções, o vereador Tenente Coronel Paccola foi cassado pela Câmara Municipal de Cuiabá. Ele respondeu ao processo de quebra de decoro parlamentar pelo assassinato do agente socioeducativo Alexandre Miyagawa.

APÓS CASSAÇÃO

Temendo atentado, Edna pede segurança à Câmara

Da redação

A vereadora por Cuiabá Edna Sampaio (PT) encaminhou ao presidente da Câmara, Juca do Guaraná Filho (MDB), um pedido, com urgência, para que seja disponibilizada a segurança institucional para “salvaguardar” sua integridade física. Protocolado na quinta-feira, 6 de outubro, o documento apresenta dois fatores que levaram a parlamentar a requerer a proteção.

Edna é a autora do pedido de cassação do mandato do vereador Tenente Coronel Paccola (Republicanos), por quebra de decoro parlamentar devido à

morte do agente socioeducativo Alexandre Miyagawa, na noite do dia 1º de julho. Paccola foi cassado por 13 votos a 5, durante sessão realizada na última quarta-feira (5).

Primeiro, Edna cita que foi surpreendida por “gestos ameaçadores” feitos por um homem que estava na parte da galeria onde estavam os apoiadores de Paccola durante a sessão extraordinária que cassou o mandato do vereador.

“[...] fato que me deixou preocupada quanto à minha integridade física”, destacou no pedido.

Edna ainda comentou que o pedido é resulta-

do também do clima de violência política que se instalou no país, principalmente, devido à polarização da disputa presidencial.

A vereadora já havia comentado, ao fim da sessão de quarta-feira (5), que iria articular com sua equipe o pedido de proteção.

“Eu me sinto ameaçada pelas frases de ódio que eu recebi nas redes sociais durante a sessão e havia um senhor em cima, do lado dos que defendiam o Paccola, fazendo gestos intimidatórios pra mim, inclusive indiquei isso à Mesa”, afirmou a vereadora.

PEDIDO DE INDENIZAÇÃO

Juiz marca conciliação de Mauro e Emanuel para 2023

Da redação

O juiz da 9ª Vara Cível de Cuiabá, Gilberto Lopes Bussiki, marcou para o dia 28 de fevereiro de 2023 a audiência de conciliação entre o governador Mauro Mendes (União Brasil) e o prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (MDB), em ação onde o governador pede indenização de R\$ 100 mil de Emanuel devido aos ataques entre os dois gestores.

A decisão foi publicada na sexta-feira (7) e deixa de atender pedido da defesa de Mauro, que solicitou a dispensa de conciliação.

“Ficam as partes cientes de que o comparecimento, acompanhado de advogados, é obrigatório e que a ausência injustificada caracteriza ato atentatório à dignidade da justiça a ser sancionado com multa. As partes, no entanto, podem constituir representantes por meio de procuração específica, como poderes para negociar e transigir”, afirma a decisão.

A ação foi proposta pelo advogado do governador, Hélio Nishiyama, no dia 26 de setembro. O advogado cita que o governador e sua família têm sido alvo de um “apedrejamento virtual”

por parte do grupo político do prefeito. Sustenta ainda que Emanuel teria tentado silenciar as críticas de Mauro, enquanto promove ataques.

“O grupo político adversário, entendendo ainda mais fragilizada a sua campanha em razão da gravidade dos fatos que lhe são imputados na Operação Capistrum, engendrou uma manobra mirabolante no intuito de lançar uma cortina de fumaça sobre o assunto e simultaneamente proferir insinuações caluniosas, difamatórias e injuriantes em desfavor do autor e seus familiares”, diz trecho da petição inicial.

COMANDO DA ASSEMBLEIA

Janaina Riva diz não ter fixação por vaga na Mesa

Da redação

A deputada estadual reeleita Janaina Riva (MDB) disse que vai tentar buscar um espaço na próxima Mesa Diretora da Assembleia Legislativa de Mato Grosso. Atualmente no cargo de vice-presidente, Janaina destacou que não pretende radicalizar para garantir uma cadeira na

diretoria, mas tem dito aos postulantes ao cargo de presidente que é importante dar abertura para que novos parlamentares ocupem os espaços da Mesa.

Janaina ressaltou que não tem fixação sobre o assunto e lamentou a existência de um certo conservadorismo no Legislativo estadual, que acaba dificultando que

uma mulher consiga espaço na chapa.

“Eu não tenho essa fixação com relação a Mesa, como todo mundo acha. Eu acho que ela é importante, mas não é fundamental. Construir ela é algo que passa pela minha cabeça, eu tenho dito ao Botelho e ao Max, 'gente, eu sou a única mulher, a mais votada pela segunda

vez, precisa abrir espaço', mas é difícil. Aqui na Assembleia a gente tem um conservadorismo muito grande”, disse, em entrevista à imprensa nesta quarta-feira, 05 de outubro.

Janaina comentou que não tem observado interferência do governador Mauro Mendes (União) no processo de eleição da Mesa. Ela

acredita que essa tendência deve se repetir na próxima legislatura.

“Eu acho que o governador, até uma surpresa para mim, está muito isento nesse processo. Botelho naturalmente já está lá, mas até agora não soube de nenhum deputado que o governador ligou para pedir apoio. Não acho que ele vai fazer”, disse.

Após o resultado das eleições, os deputados já começam a articular para garantir os cargos mais importantes da Mesa Diretora: a presidência e primeira-secretaria. Até o momento, Eduardo Botelho (União), atual presidente, e Max Russi (PSB), primeiro-secretário, estão se articulando para disputar a vaga de presidente para o próximo biênio.

QUEBRA DE DECORO

Vereadores decidiram seguir o parecer da Comissão de Ética, que concluiu pela cassação devido à morte do agente socioeducativo Alexandre Miyagawa

Paccola é cassado pela Câmara

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA

Unimed
Cuiabá

Da redação

Com 13 votos favoráveis, cinco contrários e três abstenções, o vereador Tenente Coronel Paccola (Republicanos) foi cassado pela Câmara Municipal de Cuiabá. Ele respondeu ao processo de quebra de decoro parlamentar pelo assassinato do agente socioeducativo Alexandre Miyagawa. A sessão começou às 9h de quarta-feira, 5 de outubro.

O resultado da votação foi recebido com entusiasmo pelos amigos e familiares de Alexandre, que comemoraram após a leitura do resultado.

Embora tenha se mantido calmo em quase toda a sessão, Paccola não recebeu bem a notícia. Após o término da votação, ele ainda discursou.

“Com alguns aqui eu não me decepcionei, mas com outros, vereador Lilo, vereador Vidal, vereador Arruda e Sá... com outros eu me decepcionei muito, porque eu não acreditava que os senhores faziam parte da maior organização criminosa que existe em Cuiabá e eu vou provar um por um, inclusive o senhor, senhor presidente [Juca do Guaraná Filho]”, discursou.

O presidente da Casa não respondeu à provocação. Durante sua defesa, o parlamentar afirmou que, se fosse cassado, reverteria a situação, já indicando que irá recorrer à Justiça para tentar voltar ao cargo.

Assim que a votação começou, antes mesmo de o primeiro vereador proferir seu voto, a autora do pedido de cassação, vereadora Edna Sampaio (PT), afirmou que um dos apoiadores de Paccola estava fazendo sinais a ela, que poderiam ser ameaças.

O presidente da Casa pediu reforço da segurança e Paccola orientou aos seus apoiadores que não agissem de tal ma-



Ao término da sessão, Paccola acusou os vereadores que o cassaram de pertencerem a uma organização criminosa

neira porque não era de sua índole usar de ameaças.

A fala mais extensa da sessão foi a de Paccola. Após seu discurso de defesa, o plenário realizou duas votações: a primeira, pelos relatórios das Comissões de Ética e Decoro Parlamentar e de Constituição Justiça e

Redação (CCJR). Aprovados os relatórios, o presidente pôs em votação a cassação do mandato.

RELEMBRE O CASO - O processo de cassação de mandato foi instaurado a pedido da vereadora Edna Sampaio. Paccola foi indiciado pelo homicídio duplamente qualificado, por

motivo torpe e recurso que dificultou a defesa da vítima, de Alexandre Miyagawa.

Ele foi morto na noite do dia 1º de julho, no bairro Quilombo, em Cuiabá. Alexandre estava acompanhado da namorada Janaina Sá e armado. Testemunhas disseram em depoi-

mento que Janaina procurava confusão com populares e instigava o namorado a sacar a arma para intimidar e atirar nas pessoas.

Paccola passava pela região e viu o aglomerado de gente e desceu para averiguar. Enquanto conversava com populares, ele alega ter ouvido gritos de que alguém estava armado.

O vereador, que é policial militar, afirma que tentou fazer a abordagem de Alexandre e mandou ele largar a arma. Na versão de Paccola, em vez de obedecer a ordem, a vítima teria se virado com a arma em punho.

O parlamentar afirma que, diante do risco de ser alvejado, disparou contra Alexandre, que morreu com três tiros nas costas, tendo os dois pulmões e o fígado perfurados.

Paccola não foi preso porque aguardou a polícia e ele mesmo foi à delegacia para dar sua versão dos fatos. Após o inquérito, a Polícia Judiciária Civil (PJC) rechaçou a alegação de legítima defesa.

FAMÍLIA COMEMORA

"Ameniza, mas espero que seja preso", diz mãe

Da redação

“Eu não acreditava nessa Justiça [votos para cassação], mas agora, ao lado dos meus amigos e dos meus, me sinto feliz”, disse a mãe de o agente socioeducativo Alexandre Miyagawa, Elia Miyagawa, após a Câmara Municipal de Cuiabá decidir na quarta-feira, 5 de outubro, cassar o mandato do vereador Tenente Coronel Paccola (Republicanos), indiciado por homicídio duplamente qualificado.

O parlamentar respondia ao processo de cassação proposto pela vereadora Edna Sampaio (PT). A Comissão de Ética da Câmara emitiu parecer pela cassação do mandato do vereador, que acabou perdendo o mandato com 13 votos favoráveis,

cinco contrários e três abstenções.

Ao lado dos amigos do filho, Elia comemorou a decisão e disse esperar pela Justiça dos homens, com o julgamento de Paccola pelo Tribunal de Justiça.

“Começamos a ter justiça. Espero que isso aconteça lá e que ele seja preso por 30 a 40 anos. Matar meu filho pelas costas, isso não existe. [A decisão de hoje] ameniza o sofrimento”.

Amigos de Alexandre afirmam que Paccola tentou desconstruir a imagem da vítima, ao afirmar que ele estava bêbado e que teria reagido à ordem de largar a arma.

“Ele [Alexandre] faz uma falta sem tamanho. Ele não é o que o Paccola tentou descrever hoje. Ele era um cara bom, o

Alexandre é do bem. Se ele tivesse escutado ‘é polícia, coloca essa arma no chão’, ele teria colocado”, defendeu Adão Hermoza, colega de trabalho do agente socioeducativo, que estava ao lado da mãe de Alexandre após a sessão plenária.

Hermoza ainda afirma que Paccola mente ao dizer que mandou Alexandre largar a arma antes de atirar.

“Ele diz que o Alexandre não escutou e por isso atirou, que ele estava bêbado. Negativo. Ele tenta denegrir a imagem [do Alexandre] mostrando uma ficha, por que não mostra a ficha criminal dele também? É fácil denegrir aquele que não está mais aqui para se defender”, lamenta.

Jaqueline Souza, colega do agente morto, disse que acredita que a

Justiça está sendo feita com a cassação do mandato de Paccola.

“A gente agradece a Deus primeira-

mente, pois nos apenamos muito a Ele, já que é difícil acreditar na justiça do homem. Agradecemos aos ve-

readores que votaram sim [pela cassação], que estiveram ao lado do povo e não com ele [Paccola]”.



Família de Alexandre comemora a cassação e disse que aguarda a condenação na Justiça

REBOTE DA CASSAÇÃO

Após ameaça, Juca desafia Paccola

Da redação

Alvo de uma ameaça velada após a sessão de quarta-feira, 5 de outubro, o presidente da Câmara Municipal de Cuiabá, Juca do Guaraná (MDB), desafiou o vereador cassado Tenente Coronel Paccola (Republicanos) a “peitá-lo” pessoalmente. A declaração foi feita ao portal Veja Bem MT na manhã desta quinta-feira, 6.

Juca comentava a ameaça velada feita por Paccola ao fim da sessão de ontem, quando disse estar decepcionado com algumas pessoas e afirmou que provaria que esses vereadores fariam parte da “maior

organização criminosa de Cuiabá”, inclusive o presidente.

“Ele tem que vir, tem que provar e se ele vir, que venha de frente, não venha por costas... Em relação a mim, estou tranquilo, só peço que não seja covarde, venha pela frente”, disparou.

As palavras, estrategicamente utilizadas, fazem menção ao comportamento de Paccola no dia 1º de julho, quando matou o agente socioeducativo Alexandre Miyagawa com três tiros nas costas. Foi este caso que culminou na cassação do vereador.

Além disso, um de seus apoiadores teria feito gestos intimidadores à

vereadora Edna Sampaio (PT), autora do pedido de cassação de seu mandato. A parlamentar denunciou a ameaça ainda durante a sessão e o presidente respondeu que olharia as imagens das câmeras para identificar o suspeito.

Nesta manhã, aos jornalistas, Juca afirmou que a vereadora está bastante receosa e, se for de seu desejo, irá ele mesmo à Secretaria de Estado de Segurança Pública (Sesp) pedir proteção policial para ela.

“A vereadora Edna está bastante preocupada. Ela foi autora do pedido, o pessoal dele fez gestos para ela, gestos que podem significar

ação violenta. Eu quero que principalmente garanta a segurança da vereadora Edna, que é a autora, é mulher, nós não vamos permitir que algo aconteça com ela”, afirmou.

O vereador Tenente Coronel Paccola foi cassado na sessão extraordinária desta quarta-feira por 13 votos favoráveis, cinco contrários, três abstenções e três ausências. A decisão seguiu o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR).

Paccola foi indiciado por homicídio duplamente qualificado, por motivo torpe e recurso que dificultou a defesa da vítima.



Ao rebater acusações de Paccola, Juca ainda alfinetou o vereador cassado: “que venha de frente, não por costas”

SOLUÇÃO PARA A BR-163

Nos próximos anos, o Estado irá investir R\$ 1,2 bilhão para conclusão das obras de duplicação da rodovia até Sinop, como previa o contrato inicial

MT assina TAC para assumir a Rota**Disk Farmácia**
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888**FARMÁCIA**
Unimed
Cuiabá**Da redação**

O governador Mauro Mendes (União) participou da assinatura entre a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e a concessionária Rota do Oeste para dar início à transferência da concessão da BR-163 à empresa pública MT Par - MT Participações e Projetos. O documento foi assinado na tarde de terça-feira, 4 de outubro, no Palácio Paiaguás, em cerimônia que contou com a presença do ministro de Infraestrutura, Marcelo Sampaio.

De acordo com o governo, nos próximos anos serão investidos R\$ 1,2 bilhão para conclusão das obras no trecho

da rodovia. Deste montante, R\$ 300 milhões já estão na caixa da estatal e o restante depende de aporte do governo.

Na última semana, o ministro Bruno Dantas, do Tribunal de Contas da União (TCU), deu sinal verde para que o governo assumira o controle acionário da Rota do Oeste. A decisão foi acompanhada por unanimidade pelo Pleno da Corte de Contas.

O pedido para assumir o controle acionário da empresa se dá em razão da incapacidade financeira da concessionária Rota do Oeste, que entrou em crise após a descoberta de que sua holding, a Odèbrecht, estava envolvida em esquemas de corrupção, o que levou ao cancelamento de seus financiamentos.

“Jamais assumiria uma responsabilidade tão grande como essa se não tivéssemos a absoluta convicção e certeza que o governo do Estado de Mato Grosso tenha todas as condições não

só de assumir inicialmente, fazer os aportes necessários, mas a capacidade e a competência técnica para conduzir esta empresa até que nós possamos construir novamente. Primeiro cumprir o TAC, cumprir o plano de ataque, fazer os investimentos e lá na frente, em algum momento, o governo deixará esta concessão”, disse o governador.

Mauro destacou que a medida foi adotada pelo Estado para dar uma solução momentânea e fazer investimentos na rodovia, que nos últimos meses tem registrado grande número de acidentes e mortes.

“Fizemos isso porque a BR-163 é a mais importante rodovia do nosso estado e continuará para sempre, porque ela liga praticamente todas as médias e grandes cidades do estado de Mato Grosso e a sua capital e, mesmo que entre o modal ferroviário, a 140 como rodovia alternativa, ela continuará sendo a mais importante

rodovia para transportar os nossos produtos do agronegócio, transportar tudo aquilo que nós fazemos na nossa indústria, mas, acima de tudo, ligando 50% da nossa população entre as cidades”, disse.

O ministro de Infraestrutura Marcelo Sampaio destacou que o projeto do governo pode servir de exemplo para outros estados que estejam passando ou que podem passar pelo mesmo problema.

“Mato Grosso é um estado pujante, com uma grande produção, tem aqui um governador que tem trabalhado duro para dar conta, dar soluções dos problemas, dos desafios do estado e aqui junto com o governo federal, junto com a ANTT encontrando uma solução inovadora, criativa que vai antecipar então esses investimentos que nós teríamos em quatro, cinco anos estamos trazendo para daqui a seis meses começando obras na BR-163”, comentou.



Mauro destacou que a medida foi adotada pelo Estado para dar uma solução urgente à principal rodovia de Mato Grosso

VONTADE DE VOTAR**Polarização reduz votos nulos em 49% e abstenções****Da redação**

Encerrado o primeiro turno das eleições, o povo mato-grossense foi mais assíduo nas urnas do que na última eleição geral, realizada em 2018. A intensa polarização na disputa presidencial também reduziu consideravelmente o número de eleitores que anularam o voto este ano, com queda de 49%.

Em 2018, o estado registrou 24,55% de abstenções no primeiro turno, quando o atual presidente Jair Bolsonaro (PL) disputava a pre-

sidência contra Fernando Haddad (PT).

Já nas eleições deste ano, o número total de abstenções caiu para 23,39%, o que significa que cerca de 577 mil pessoas não compareceram às cabines de votação.

Em 2018, o estado registrou 60.940 votos nulos para presidente no primeiro turno. A taxa representava 3,5% do total nacional, que foi o maior dos últimos 29 anos, de acordo com o Tribunal Superior Eleitoral. No Brasil, o total de votos nulos atingiu 8,6 milhões.

Já em 2022, o número caiu praticamente pela metade. Apenas 30.607 mil votos nulos foram registrados nas eleições presidenciais em Mato Grosso. A taxa representa 1,2% do total nacional, que também caiu consideravelmente, segundo o TSE.

A disputa presidencial será definida em segundo turno, entre Lula (PT) e Bolsonaro (PL). Em Mato Grosso, Bolsonaro venceu com ampla folga, conquistando 59,85% dos votos válidos. Já o ex-presidente Lula foi escolhido por 34,39% dos mato-grossenses.

DANÇA DAS CADEIRAS**Eleição de deputados mexe na composição das Câmaras****Da redação**

Dois vereadores por Cuiabá e um por Várzea Grande conseguiram se eleger para ocupar cadeiras na Assembleia Legislativa a partir do próximo ano. Com isso, eles abrem espaço para que seus suplentes assumam o lugar na Câmara de Vereadores.

De Cuiabá, foram eleitos Diego Guimarães (Republicanos) e Juca do Guaraná Filho (MDB), com 25.907 e 20.723 votos, respectivamente.

No lugar de Diego assume Maysa Leão (Re-

publicanos). Ela também disputou a eleição para deputada federal, mas não conseguiu se eleger, ficando com a suplência.

Outro que irá ganhar com a eleição do titular é o ex-secretário de Serviços Urbanos de Cuiabá, Rogério Varanda, primeiro suplente do MDB, que fica com a cadeira de Juca.

Os eleitos precisam ainda ser diplomados e renunciar ao cargo de vereador antes de tomar posse de seus espaços na Assembleia, o que deve acontecer em fevereiro de 2023.

VÁRZEA GRANDE - Do outro lado do rio, o atual presidente da Câmara de Várzea Grande, Fábio Tardin (PSB), também conseguiu uma cadeira no Legislativo estadual. Em seu lugar assume o ex-vereador Jânio Calistro.

Calistro foi alvo da operação Cleanup, deflagrada em dezembro de 2019, com objetivo de combater a ação de traficantes que atuavam em Várzea Grande. Ele foi suspeito de participar do grupo criminoso.

‘CARTA PROPOSTA’**Deosdete lança candidatura para liderar o MP-MT**

Divulgação/MPMT



Deosdete é promotor de Justiça há 18 anos e já atuou em nove cidades de MT

Gabriel Soares

O subprocurador-geral de Justiça Deosdete Cruz Júnior oficializou sua candidatura para liderar a gestão do Ministério Público de Mato Grosso, com a divulgação de uma carta proposta destinada aos membros do órgão. A eleição acontecerá entre os dias 2 e 5 de dezembro deste ano e a posse ocorrerá em fevereiro de 2023.

Com 18 anos de serviço prestado no Ministério Público, Deosdete enfatiza sua experiência na carreira de promotor, com atuações em nove cidades de Mato Grosso. Ressalta também que a função de subprocurador-geral de Justiça, Jurídico e Institucional, o permitiu conhecer os detalhes da gestão do órgão e de sua relação com os demais Poderes.

“A riqueza deste aprendizado vai muito além do apanhado técnico e prático que pudemos testemunhar, e se consolida com as inúmeras experiências humanas e com a certeza de que o Ministério Público não é apenas um trabalho, um ofício, mas que é sim, um poderoso instrumento para a transformação de uma sociedade carente, que sofre com a desigualdade, e clama para que os objetivos traçados na Constituição Federal sejam efetivamente implementados”, diz Deosdete, em trecho da carta.

Além de apresentar seu currículo, a carta de Deosdete elenca os principais objetivos de sua possível gestão. O subprocurador-geral afirma que pretende fortalecer o combate às organizações crimino-

sas e aos crimes contra crianças, adolescentes e idosos, além de robustecer a atuação do MPMT nos casos de violência doméstica.

Um dos principais temas do debate eleitoral mato-grossense, o enfrentamento à insegurança alimentar também está presente nos planos do candidato, que pretende “combater toda espécie de violação a direitos humanos”.

Deosdete também promete atuar pela valorização dos servidores do Ministério Público e fomentar um trabalho de prevenção de danos aos cofres públicos, com uso de tecnologia e inteligência.

“Pautaremos nossa gestão pela valorização de todos aqueles que contribuem para que o Ministério Público do Estado de Mato Grosso sirva com eficiência e

grandeza aos propósitos fixados pelo constituinte, e trabalharemos arduamente para conferir, aos membros e servidores, as condições indispensáveis para uma excelente execução de nosso ministério, e que todos, independentemente de gênero, raça, orientação sexual e religião, engajem-nos nesse firme propósito, o de buscar justiça e de promover transformação social”, diz o candidato.

Os nomes mais votados na eleição do Ministério Público serão indicados em uma lista ao governador Mauro Mendes (União), que fará a nomeação do próximo procurador-geral. Mauro tem seguido a tradição de nomear o candidato mais votado pelos membros. Nos últimos anos, foi José Antônio Borges, que já cumpriu dois mandatos.

IMPACTO NAS CONTAS

A denúncia do bloqueio foi feita pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) no começo da semana

MEC volta atrás e vai liberar verbas

Gilberto Leite

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA

Unimed
Cuiabá

Da redação

Após grande repercussão negativa do contingenciamento de R\$ 328 milhões no orçamento das universidades e institutos federais, o ministro da Educação, Victor Godoy, anunciou na sexta-feira, 7 de outubro, que o governo irá desbloquear os recursos. A denúncia do bloqueio foi feita pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) no começo da semana.

Os dirigentes de universidades federais protestaram contra o bloqueio, alegando o que contingenciamento levaria à suspensão dos serviços de limpeza, restaurante, luz, água e bolsas estudantis.

"O limite de empenho será liberado para as universidades federais, os institutos federais e para a Capes. Nós temos uma gama muito grande de instituições. Então, eu conversei com o ministro [Paulo] Guedes, ele foi sensível, e nós vamos facilitar a vida de todo mundo", disse Victor Godoy.

A Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) chegou a anunciar que avaliava adiar o pagamento de contas de luz, água e internet para priorizar o salário dos trabalhadores terceirizados. Evandro Soares da Silva, reitor da instituição e vice-presidente da Andifes, destacou a recorrência dos cortes no orçamento da instituição, tanto com a redução na Lei Orçamentária Anual (LOA), quanto com contingenciamentos ou cortes.

"Neste ano, tivemos um corte, depois um contingenciamento. Agora, sofremos um segundo contingencia-

mento no empenho. Isso reflete na possibilidade de adiar pagamentos de contas de luz, água e internet, porque precisamos priorizar os empregos dos colaboradores, bem como as bolsas e auxílios aos estudantes", apontou.

Dados apresentados pela UFMT apontam que os recursos para investimento na universidade caíram de R\$ 9,79 milhões em 2019 para R\$ 3 milhões em 2022, devido à sucessão de cortes orçamentários realizados nos últimos anos. A verba para custeio também reduziu nos últimos anos, saindo de R\$ 131 milhões em 2019 para R\$ 116,3 milhões em 2022.

Ocorre que a inflação acumulada no mesmo período foi de 25,25%, segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pelo IBGE. Ou seja, além dos cortes, as despesas da universidade também cresceram no período, assim como as dos cidadãos comuns, que viram os preços da energia, água, alimentação e combustíveis dispararem nos últimos 3 anos.

Orçamento travado
Na última quarta-feira, 5, a Andifes informou que, às vésperas do primeiro turno das eleições, o governo federal publicou uma norma (Decreto 11.216, que altera o Decreto nº 10.961, de 11/02/2022, que se refere à execução do orçamento deste ano) anunciando o novo contingenciamento no orçamento do Ministério da Educação.

Dessa vez, foi feito um contingenciamento no percentual de 5,8%, resultando em uma redução na possibilidade de empenhar despesas das universidades no importe de R\$ 328,5 milhões de reais. Este valor, se somado ao montante que já havia sido bloqueado ao longo do ano, perfaz um total de R\$ 763 milhões em valores que foram retirados das universidades federais do orçamento que havia sido aprovado para 2022.

Ricardo Marcelo Fonseca, reitor da UFPR e

presidente da Andifes, explicou que na prática os recursos foram retirados das universidades federais. "Recebemos um aviso de que existe a perspectiva do retorno em dezembro, mas perspectiva não é certeza".

A situação gerou preocupação entre os reitores das unidades federais brasileiras, pois entendem que um decreto pode ser modificado a qualquer tempo pelo chefe do Executivo e isso pode mudar toda a história.

Em reunião com o secretário de Educação Superior Wagner Vilas Boas de Souza, juntamente com o secretário adjunto da SESu, Eduardo Salgado, a associação foi informada que o decreto formaliza o contingenciamento no âmbito de todo o MEC de R\$ 2.399 bilhões (R\$ 1.340 bilhão anunciado entre julho e agosto e R\$ 1.059 bilhão agora).

"É importante lembrar que o decreto vigente atualmente, de fevereiro, que prevê a execução orçamentária neste ano, diz que toda a administração pública só pode executar seus valores até o dia 9 de dezembro. Se [os recursos] entrarem em dezembro, será um desafio gastar", apontou Ricardo.

Esse bloqueio impacta também nos recursos frutos de emendas parlamentares - RP9. Na prática, toda emenda que ainda não tenha sido empenhada, será retirada do limite. "Podemos discutir sobre contingenciamento, corte, amputação, sobre o que for, mas na prática, as universidades tiveram seu dinheiro retido", lamentou.

Diferentemente do que ocorreu por ocasião do outro bloqueio ocorrido em agosto, quando os cortes no MEC foram assimilados em uma ação orçamentária específica do FNDE, desta vez as limitações foram distribuídas em todas as unidades do MEC (incluindo universidades federais, institutos federais, CAPES), que sofreram o mesmo corte linear de 5,8%.



A UFMT cogitou deixar de pagar contas de luz, água e internet para pagar salários enquanto durasse o corte

GUARDE A VARA

Piracema começa em MT e fica proibido pescar até fevereiro

Lorena Bruschi | Sema-MT

A pesca amadora e profissional está proibida nos rios de Mato Grosso durante o período de defeso da piracema, que vai de 3 de outubro de 2022 a 2 de fevereiro de 2023. O objetivo é proteger o período de reprodução das espécies e garantir o estoque pesqueiro para o futuro.

O período de defeso da piracema em Mato Grosso ocorre um mês antes do que em outros estados. Esta decisão é votada pelo Conselho Estadual da Pesca (Cepesca) levando em consideração estudos que mostram uma maior probabilidade de reprodução em outubro.

No primeiro dos quatro meses de proibição, a

pesca ainda pode ocorrer nos 17 rios de divisa com outros estados. A lista completa de rios de divisa pode ser acessada CLICANDO AQUI.

REGRAS DO DEFESO
- Neste período é permitida apenas a pesca de subsistência, desembarcada, que é aquela praticada artesanalmente por populações ribeirinhas ou tradicionais para garantir a alimentação familiar, sem fins comerciais.

Ficam excluídas das proibições a pesca de caráter científico, previamente autorizada por órgão ambiental competente.

Também entra na norma de exceção a despesca, transporte, comercialização, beneficiamento, indus-

trialização e armazenamento de peixes com a comprovação de origem, provenientes de aquicultura ou pesque-pague licenciados junto aos órgãos competentes e registrados no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), bem como do pescado previamente declarado.

Todo produto de pesca oriundo de outros Estados ou países deverá estar acompanhado de comprovante de origem, sob pena de multa, perda de pescado e dos petrechos, equipamentos e instrumentos utilizados na pesca.

DENÚNCIAS - A pesca ilegal e outros crimes ambientais devem ser denunciadas por meio da Ouvidoria Setorial da Sema: 0800 065 3838.

NA CAPITAL

Lei que regulamenta instalação da internet 5G é sancionada

Nathany Gomes |
Pref. de Cuiabá

O prefeito em exercício José Roberto Stopa sancionou a Lei Complementar nº 520/2022, que regulamenta a implantação da infraestrutura de tecnologia de internet 5G, na Capital. A normativa foi publicada na Gazeta Municipal de terça-feira (04) (confira abaixo na íntegra), após passar por aprovação na Câmara Municipal.

O texto dispõe sobre as regras para consolidação dos processos técnicos e administrativos, submetidos às pessoas físicas ou jurídicas que detenham, administram e controlam, direta ou indiretamente a infraestrutura de telecomunicações. A determinação entra em vigor no prazo de 60 dias após a sua publicação.

A administração, aprovação, gerenciamento, fiscalização e expedição dos procedimentos técnicos e prá-

ticos ficaram a cargo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável (SMADESS), no período de até 60 dias após o requerimento dos pedidos protocolados.

Stopa enfatiza que a evolução do digital agora faz parte do cotidiano dos cuiabanos. Segundo o gestor, a Prefeitura de Cuiabá trabalhará de forma alinhada e coerente com Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), visando o cumprimento permanente dos dispostos estabelecidos.

"Sabemos que a internet é uma grande aliada da sobrevivência humana, movedora de processos e comunicações mundiais em tempo real. Cuiabá é uma das capitais que têm crescido em direção ao progresso e essa lei com certeza, irá facilitar a vida dos cuiabanos, além de impulsionar a economia, geração de empregos e renda", disse ele.

O titular da SMADESS, Renivaldo Nascimento, comemorou a concretização dos avanços da nova conectividade e reiterou o compromisso da Pasta em dispor de toda assistência imprescindível aos empreendedores.

"Conquistamos a aprovação da lei e agora partimos para a etapa de colocar os trabalhos em prática, permitir a consolidação das ações no município, respeitando todas as esferas, em especial o meio ambiente. A secretaria está de portas abertas para receber os cidadãos que desejam aderir aos dispositivos atuais, primando pela transparência e seriedade, determinação da administração atual", declarou.

Importante destacar que os artigos 53, 54, 55 e 56, passam a valer em 90 dias decorridos da divulgação oficial, surtindo efeitos legais no exercício financeiro de 2023, devido ao princípio da anterioridade anual.

ESPELHOS

Espelhos deixam o ambiente mais elegante!

PEÇA UM ORÇAMENTO!

(65) 3642-3344
(65) 9 9299-9226

CASA DOS VIDROS
www.casadovidros.com.br

AJUSTES NA MÁQUINA

Governador lembra que recessão global está 'às portas' e irá priorizar investimentos em infraestrutura para MT atravessar o período sem crise

Mauro promete "segurar contas"

Gilberto Leite



Governador pretende concentrar esforços na entrega das obras que já estão em andamento, como o Hospital Central

Disk Farmácia
Ligou, Pediu, Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA
Unimed
Cuiabá

Da redação

O governador Mauro Mendes (União Brasil), reeleito para mais quatro anos à frente do governo de Mato Grosso, afirmou que vai continuar segurando as despesas do governo para fazer sobrar recursos para serem destinados para investimentos no seu segundo mandato, principalmente em infraestrutura. A afirmação foi feita após o gestor ser reeleito, com 68% dos votos, na noite de domingo, 2 de outubro.

Dentre os investimentos que devem ser priorizados estão algumas obras já em andamento, como a construção de seis hospitais regionais, assim como a implantação do BRT (Ônibus de Trânsito Rápido) em Cuiabá e Várzea Grande. Em conversa com jornalistas, o

gestor também lembrou que sua gestão até aqui foi focada no equilíbrio fiscal do Estado e enfatizou que pretende continuar administrando tendo como meta essa estabilidade.

“Eu não vou sair da linha que eu sempre adotei. O governo vai continuar sendo técnico, que prioriza o cidadão, os investimentos em

prol da sociedade, buscando sempre a eficiência”, afirmou.

Na prática, Mauro pretende manter as contas do Estado com uma boa solidez fiscal, garantindo os investimentos em infraestrutura de olho na atração de mais recursos da iniciativa privada, principalmente na industrialização da produção agrícola. Ou-

tra preocupação do gestor é o risco de recessão econômica que assola a Europa e os Estados Unidos, podendo lançar ‘ondas de choque’ sobre a economia brasileira.

“Existe uma crise econômica mundial em curso. A Europa está entrando em recessão, Estados Unidos também. Isso, seguramente, vai afetar o Brasil. É mo-

mento de ter prudência, ter cautela, saber administrar com muita propriedade o recurso, planejar muito bem para tentar passar por essa crise trazendo o menor dano possível pra Mato Grosso”, disse Mauro.

O gestor também lamentou as medidas aprovadas recentemente pelo Congresso Nacional, que já causam

impactos na arrecadação estadual, o que torna ainda mais necessário, na visão do governador, a prática de uma gestão enxuta e eficiente. A expectativa é que a crise que se aproxima, em especial a recessão global, se inicie nos últimos meses de 2022 e se estenda pelo ano de 2023, com recuperação prevista apenas para 2024.

Diante disso, a ideia do governador é garantir ambiente favorável aos negócios em Mato Grosso, com oferta de infraestrutura logística e impostos já reduzidos para que a iniciativa privada ‘faça sua parte’, gerando empregos e mais arrecadação para os cofres públicos.

“Agora, para isso tem que ter um Estado responsável e com dinheiro no caixa, porque sem dinheiro não tem política pública, não tem investimento, não tem amparo social. A maior política que um governante pode fazer é do equilíbrio fiscal, manter as contas em dia, pagar corretamente os seus fornecedores, porque quem paga corretamente, compra bem”, conclui.



Marcos Vergueiro/Secom-MT

Chuva no início do plantio ajudou agricultores, já que facilita o desenvolvimento das plantas no estágio inicial

PLANTIO DA SOJA**Produtividade deve surpreender****Da redação**

A semeadura da soja avança em Mato Grosso e já ultrapassou os 6% da área a ser plantada nesta safra, indica o boletim do Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (Imea), divulgado na tarde de segunda-feira (3). Em relação à última semana, o plantio avançou 4,4 pontos percentuais. O Imea também aponta para o aumento da produtividade, podendo chegar a 60 sacas por hectare na região Oeste de Mato Grosso.

“O aumento na expectativa foi pautado pelas chuvas no estado, que apresentaram volumes após o fim do vazão sanitário da soja (15/09), o que proporcionou ao produtor de algumas regiões entrar com as máquinas nas lavouras”, diz.

De acordo com o TempoCampo, Mato Grosso deve ter entre 150 a 200 milímetros de chuva nos próximos 30 dias, o que auxilia no desenvolvimento inicial da cultura.

A área destinada para o plantio de soja está estimada em 11,81 milhões de hectares, com uma

estimativa de produção aumentando em 0,64% na comparação entre setembro e outubro, totalizando 41,78 milhões de toneladas da oleaginosa. A preocupação trazida pelo Instituto é o “derretimento” das cotações da soja em Chicago, o que pode reduzir o retorno do investimento ao produtor.

O Instituto avalia que isso é resultado das informações sobre a possibilidade de sabotagem ao gasoduto russo Nordstream, o que refletiu em um sentimento de aversão ao risco pelos mercados. Ademais, a Argentina prevê um grande volume de soja disponível no mercado externo, o que acabou pressionando para baixo as cotações.

“As cotações da soja para o contrato corrente ‘derreteram’ na última semana, fechando na média de US\$ 14,00/bu, recuo de 3,83% no comparativo semanal. Para se ter uma ideia da desvalorização na semana que passou, na sexta-feira (30/09) o valor da soja fechou em US\$ 13,66/bu, patamar de preço não observado na

CME-Group desde jan. 22”, afirma.

As quedas nas cotações podem levar a uma redução na comercialização da soja. Na comparação entre outubro de 2021, da safra 21/22, com a comercialização da safra 22/23, os produtores mato-grossenses estão 12,83% atrasados. No mesmo período do ano passado, a venda futura da soja estava em 39,5%, já esta safra está em 26,67%.

Além da safra que está sendo plantada agora, ainda não foram concluídas as vendas da safra 2021/2022, faltando ainda mais de 12% para ser vendida. O indicador do Imea aponta que em outubro de 2021, mais de 94% da safra 2020/2021 já havia sido comercializada, enquanto iniciava os plantios da safra seguinte. Porém, neste ano, a comercialização da safra 2021/22 está em 87,56%.

Portanto, os produtores mato-grossenses estão 7,26 pontos percentuais atrasados, o que pode agravar mais os problemas de armazenamento de grãos no estado.

DIA DAS CRIANÇAS**Mato-grossenses pretendem gastar mais com os pequenos****Da redação**

A melhora da condição econômica, influenciada pelo aumento da ocupação e da renda da população, pode ter contribuído para o resultado da pesquisa de intenção de gastos com presentes para o Dia das Crianças neste ano. O levantamento, feito pelo Instituto de Pesquisa e Análise da Fecomércio-MT (IPF-MT), mostrou que 53% dos mato-grossenses pretendem gastar mais com os pequenos. A pesquisa foi realizada com 305 pessoas em 32 municípios do estado, entre os dias 31 de agosto e 27 de setembro.

De acordo com o levantamento, 51% dos entrevistados pretendem realizar compras e o gasto médio passou de R\$172,20 no ano passado para R\$ 193,83. Além disso, 30% pretendem gastar o mesmo va-

lor do que foi gasto no ano passado e apenas 17% pretendem gastar menos. A estimativa do IPF-MT é que a data, celebrada no dia 12 de outubro, deve movimentar cerca de R\$ 350 milhões no estado.

O cartão de crédito será a principal forma de pagamento para os entrevistados (46%), seguido de dinheiro (27%), cartão de débito (20%) e, por último, o Pix (7%). Para o presidente da Fecomércio-MT, José Wenceslau de Souza Júnior, a data é considerada uma das principais para o comércio mato-grossense.

“O Dia das Crianças é muito importante do ponto de vista econômico, já que está entre um período sem datas comemorativas de julho a setembro e próximo às comemorações de fim de ano. Portanto, é uma data bastante esperada pelos comerciantes e comerciantes, o que gera

boas expectativas para o setor”.

Os tradicionais brinquedos ainda são maioria na escolha dos consumidores (63%), seguido de roupas/ acessórios (33%). Já 3% dos respondentes pretendem sair para comemorar e 1% disse que irá comprar chocolates. As lojas de rua também serão mais procuradas pelos consumidores (52%), em seguida vem as de shopping (36%) e, por fim, o e-commerce (12%).

Wenceslau Júnior salienta que as opções de compra contribuem, principalmente, nas atividades ligadas ao comércio e serviços. “Essa pretensão de gastos para a data mostra um cenário muito positivo, já que faz com que a renda circule e pode expandir o crescimento econômico no último trimestre do ano, associando as demais datas que virão nos próximos meses”, concluiu.



Gilberto Leite

Pais pretendem gastar R\$ 193, em média, para presentear seus pequenos

DISPARADA DO PETRÓLEO

Preço do petróleo segue em alta no mercado internacional e bate perto de 100 dólares, mas combustível da Rússia deve impedir novas altas

Diesel russo ajuda a conter preços**Disk Farmácia**
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888**FARMÁCIA**
Unimed
Cuiabá

Gilberto Leite

Diesel está 62 centavos mais caro no mercado internacional, mas não deve ter reajuste devido à chegada do combustível russo**Da redação**

O preço do petróleo segue disparado no comércio internacional e o barril se aproxima da casa dos 100 dólares em 'alta velocidade'. Na sexta-feira (7), por volta de meio-dia, o preço do barril tipo Brent, referência de preços para a Petrobras, subiu 3,3% e era comercializado na casa dos US\$ 98. O diesel internacional está 62 centavos mais caro, enquanto a gasolina está 32 centavos mais cara.

Apesar disso, os preços dos combustíveis aos consumidores devem se manter no patamar atual. A avaliação é de Nelson Soares Junior, diretor-executivo do Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo de Mato Grosso (SindiPetróleo), que cita a chegada de dois navios carregados com mais de 65 milhões de litros de óleo diesel, vindos da Rússia.

A expectativa é que mais embarcações russas cheguem ao Brasil nas próximas semanas, carregadas de óleo diesel, o que deve ajudar

a segurar os preços em meio à turbulência no mercado internacional. Já para a gasolina não há informações sobre a possibilidade de vir da Rússia, já que o Brasil precisa importar menos de 10% desse derivado, ao contrário do diesel, cuja dependência se aproxima de 30%.

O aumento do preço do barril do petróleo é resultado do maior corte na produção de combustíveis, anunciado pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo e aliados (Opep+). O corte da produção em 2 milhões de barris já era esperado e que vinha causando 'nervosismo' nos mercados. Na última quarta-feira, 5, a medida foi oficializada pela Opep+.

O economista Vivaldo Lopes avalia que o petróleo russo não deve provocar redução de

preços no Brasil, se limitando a ofertar mais produto no mercado. Ele aponta também que não há sinal de que o combustível foi comprado por preços mais competitivos. Portanto, a tendência é de estabilidade, principalmente até o fim do período eleitoral.

"Pelo que, até agora, a Petrobras está mantendo não vai alterar preços. Nem vai aumentar porque subiu o preço do barril e nem reduzir com a chegada desse diesel. Então, o sinal do mercado é um sinal de estabilização. Essa vinda desse diesel russo não significa necessariamente uma redução automática", afirma.

Vivaldo aponta também que mesmo se a Petrobras segurar os preços dos combustíveis nas próximas semanas, não deve afetar a lucratividade da companhia.

No entanto, a manutenção de preços nos patamares atuais pode levar a uma insatisfação dos importadores, que são representados pela Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom).

Isso porque os importadores de combustíveis precisam comprar o diesel 62 centavos mais caro e competir com os preços mais baixos praticados pela Petrobras.

"Esse é um preço que a gente paga pelo monopólio que a Petrobras exerce no mercado. Os importadores são muito reduzidos e, pelo tamanho da Petrobras, que ela tomou no mercado, é quase um monopólio, que permite que ela estabeleça as condições sem precisar dar satisfação a ninguém e nem ter ameaça do mercado", explica o economista da VLopes Econômica.

PESOU NO BOLSO**Cesta básica dispara na 1ª semana de outubro****Da redação**

Depois de permanecer abaixo dos 700 reais por seis semanas, o valor da cesta básica registrou um salto no preço, de R\$ 18,06, na primeira semana de outubro, fazendo com que o mantimento considerado essencial para a subsistência de uma família de até quatro pessoas passasse a custar R\$ 717,43 contra os R\$ 699,37, apurado na última semana de setembro.

Segundo o IPF-MT, a alta nesta primeira semana de outubro foi influenciada, principalmente, pela alta do preço da batata e do tomate, que registraram elevação de 17,80% e 27,89%, respectivamente.

A elevação no preço dos itens pode estar ligada à colheita, com o tomate sofrendo forte influência do clima, o que acaba por reduzir a quantidade do produto disponível no atacado. O mesmo caso acontece com a batata, que registra um valor médio de R\$ 5,73 o quilo, o que não ocorre desde o mês de junho.

O diretor de Pesquisas do IPF-MT e superintendente da Fecomércio-MT, Igor Cunha, também destaca o fator

climático para a forte variação nos preços dos produtos. "Esses dois itens possuem grande influência climática, e assim como no primeiro semestre do ano, podem estar aumentando o valor da cesta".

No entanto, ele esclarece que "mesmo com a alta dessa semana, o valor da cesta básica está menor que o registrado em março desse ano, quando apresentava valor superior a R\$ 719,00".

Com relação aos produtos que apresentaram queda, o leite teve seu décimo recuo consecutivo no valor de 4,75% e de 17,36% no acumulado desde o início de agosto. A questão climática acaba por interferir positivamente na cadeia produtiva do leite, o que possibilita a maior oferta do produto nos mercados.

O Boletim da Cesta Básica é um produto do Instituto de Pesquisa e Análise da Fecomércio Mato Grosso (IPF-MT), divulgado semanalmente, que tem o propósito de informar a população sobre os custos de alimentação na capital do estado, dando suporte na tomada de decisão das famílias cuiabanas.

Ofertas de OUTUBRO

ANS - n.º 34208-4

**ADDERA D3**
132 UI/ML GTS
FR 10ML

Cód. 7896094920538

De R\$91,72

R\$ 71,99**EXIMIA**
FIRMALIZE
AGE COMPLEX
30SACHES

Cód. 7898040325374

De R\$193,62

R\$ 135,99**PERFUMES FEMININOS**
COM ATÉ 30% DESCONTO

Ofertas válidas de 01/10/2022 até 31/10/2022 ou enquanto durar o estoque. Pagamento em até 6 vezes nos cartões de crédito Visa, MasterCard e Elo com parcela mínima de R\$ 10,00. Atendimento exclusivo para clientes Unimed Cuiabá. Confira mais opções de pagamento nas lojas. Fotos meramente ilustrativas.

FARMÁCIA**Unimed**
Cuiabá